É IMPORTANTE UMA AVALIAÇÃO COMPLETA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

JANETE APARECIDA PEREIRA DUTRA

RESUMO
Atualmente discute-se bastante o modelo de educação inclusiva. Nessa perspectiva todas as pessoas com deficiência devem estar em salas regulares do sistema educacional e não mais segregadas em escolas ou salas especiais. Logo, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo investigar a participação da família na inclusão escolar da pessoa deficiente visual, buscando compreender quais os avanços, dificuldades e expectativas em relação ao processo de inclusão desses alunos. Antes da aprendizagem formal de leitura e escrita é importante utilizar os conceitos e agilidades adquiridas anteriormente para compreender a estrutura do Sistema Braille. Através do tato e da audição do deficiente visual, o professor deverá propor atividades que sejam concretas, de tal forma que possa através da manipulação e instruções básicas permitir inclusive que explore objetos em brincadeiras com modelos tipo miniaturas de casinhas com telhados Assim, esse trabalho inicialmente aborda sobre a definição e as causas da deficiência visual, bem como faz um breve histórico da educação de deficientes visuais no Brasil e apresenta os marcos legais dessa educação. Além disso, enfatiza sobre a deficiência visual no contexto escolar, para enfim, mostrar os avanços, as dificuldades, e expectativas das famílias em relação ao processo de inclusão dos alunos deficientes visuais da Escola de Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Deficiente visual, inclusão escolar, família, avanços, dificuldades, expectativas.

ABSTRAT
Currently, there is a lot of discussion about the inclusive education model. From this perspective, all people with disabilities must be in regular classrooms in the educational system and no longer segregated in schools or special classrooms. Therefore, this course completion work aims to investigate family participation in the school inclusion of visually impaired people, seeking to understand the advances, difficulties and expectations in relation to the inclusion process of these students. Before formally learning to read and write, it is important to use the concepts and skills previously acquired to understand the structure of the Braille System. Through touch and hearing for the visually impaired, the teacher must propose activities that are concrete, in such a way that, through manipulation and basic instructions, they can even allow them to explore objects in games with models such as miniatures of houses with roofs. addresses the definition and causes of visual impairment, as well as a brief history of the education of visually impaired people in Brazil and presents the legal frameworks of this education. Furthermore, it emphasizes visual impairment in the school context, ultimately showing the advances, difficulties, and expectations of families in relation to the process of inclusion of visually impaired students at the Early Childhood Education School.

KEYWORDS: Visually impaired, school inclusion, family, progress, difficulties, expectations.

INTRODUÇÃO

Ao contrário da criança que enxerga, a cega demora conceber a ideia de leitura e escrita. Muitas vezes, só entra em contato com esse universo no período escolar, e isso inevitavelmente retarda seu processo de alfabetização. O material braile não é tão atraente ao tato como os livros coloridos são para a vi são; por isso, não é tão fácil despertar o interesse da criança.

Outro fator que interfere na motivação para a aprendizagem está no estímulo familiar. Bem poucas pessoas conhecem o sistema braile. Assim, não só o acompanhamento em casa se torna mais complicado, como também fica difícil para os adultos avaliar e valorizar os esforços do estudante e os progressos que ele faz. Dificilmente um cego poderá ouvir frases de estímulos como: Que letra bonita você tem! ou: Deixe-me ver o seu caderno?

O aprendizado da leitura em braile requer um elevado desenvolvimento das habilidades motoras finas, além de flexibilidade nos punhos e agilidade nos dedos. Se possível a escola deve oferecer treinamento para desenvolver tais habilidades, em situações concretas.

Se a escola não dispuser de meios para isso, a família precisará buscar auxílio especializado. As pessoas com deficiência visual nem sempre conseguem ter suficiente velocidade de leitura para conseguir ler de forma eficiente e prazerosa. A velocidade da leitura em braile depende da idade em que a pessoa aprendeu a ler, e também do grau de desenvolvimento do tato: quanto maiores forem as oportunidades para pesquisar e explorar o ambiente e quanto antes se iniciar o processo de alfabetização, melhor será a qualidade da leitura.

A criança que tem visão parcial suficiente para ler e escrever com materiais comuns precisa ficar sentado perto do quadro negro e utilizar recursos ópticos (óculos com lentes próprias, lupas etc.).

Dependendo do grau de deficiência, ele precisará usar tipos ampliados e escrever em cadernos especiais, com maior espaço entre as linhas. Já para o cego, a atividade de leitura envolve dificuldades bem peculiares. Por exemplo: a pessoa vidente pode ler durante horas, sem parar; já a pessoa cega é obrigada a interromper a leitura após algum tempo, pois os dedos indicadores (os mais utilizados para ler) vão perdendo a sensibilidade e se torna difícil identificar as palavras e a letras.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL É FOCO PARA VÁRIOS ESTUDOS

A educação Especial é foco para vários estudos, abarrotados de indagações, que surgem para evoluir o processo de ensino/aprendizagem, eis então, a psicologia, que com os teóricos vinculados à psicolinguística, explicam a aquisição da linguagem. Após essas leituras, percebe-se que é necessária a interação entre a família e a escolado aluno deficiente, para o aprendizado tornar-se eficaz.

No percurso da história, exaltam-se algumas vertentes teóricas, como o Behaviorismo, teoria defendida por Skinner, que esclarece o aprendizado através de estímulos e respostas, ou seja, a aquisição da linguagem se dá por imitação e reforço, então, o que a família ou escola ensinar, o aluno irá absorver e carregar como verdadeiro, isso é percebido na cultura, religião, grupo social, e etc (MELO, 1999).

Esta teoria argumenta que a aquisição da linguagem é atingida por meio da "experiência". A criança, segundo esta proposta, inicia como uma "tábula rasa", isto é, totalmente "em branco" e, através de associações de estímulo e resposta, imitação e reforço, desenvolve o conhecimento linguístico. Seu defensor: Skinner. No ano em que foi publicado Syntactic Structures (Chomsky), 1957, apareceu também a obra Verbal Behavior (O comportamento verbal), de B. F. Skinner, que constitui a mais pormenorizada tentativa que até agora se fez no sentido de explicar a aquisição da linguagem dentro de uma "teoria do aprendizado" behaviorista (MELO, 1999).

Através dessa vertente teórica é interessante trabalhar a aprendizagem através da repetição, ou seja, mostrar ao deficiente visual várias vezes as pessoas, coisas e fenômenos da natureza que o circulam, até que o mesmo decodifique, e com isso, passe a utilizar esse aprendizado no cotidiano.

Nesta fase, que é a de despertar os sentidos, essa teoria é bastante eficiente com os Deficientes Visuais, pois se o professor puder repetir com o aluno o percurso para a sala de aula, os objetos em cima de uma mesa, o cheiro de algumas essências, em pouco tempo, este aluno estará habilitado a reproduzir esses ensinamentos (VOIVODIC, 2008).

Tem-se, ainda, o Construtivismo defendido por Piaget, que engloba a experiência, destacada anteriormente, no entanto, agora nessa experiência é necessário o aprimoramento na fase "sensório-motora", assim, definida pelo teórico. Nesta fase, o aluno interage e é o sujeito das suas próprias ações, ou seja, não é o meio que faz o indivíduo, mas as suas ações através da interação que alcançam o aprendizado.

Ele acredita que a fonte da inteligência não esteja no grupo social, mas, sim, nas próprias ações do indivíduo sobre seu meio. Afirma também que o desenvolvimento da linguagem é limitado pelo desenvolvimento

cognitivo, no sentido de que há aspectos da linguagem que a criança só será capaz de dominar depois de ter atingido um nível correspondente de controle cognitivo.

Nessa fase sensório-motora, já é importante a família trabalhar no ente sem visão, os objetos ao seu redor, com o intuito da criança começar a conhecer as pessoas e os artefatos que o rodeiam o rosto dos pais e familiares, brinquedos, utensílios, mas agora, com o intuito de tirar suas próprias conclusões a respeito do exposto, isso contribuirá enormemente ao conhecimento desta criança, pois a partir daí ela terá noção das pessoas e coisas que a cercam (MELO, 1999).

Relacionado a essa temática, aparece a teoria de Vygotsky comentado por Célia Almeida e Cláudia Portela, com a teoria sócia histórico cultural que retrata a aprendizagem através das interações sociais, adquirido pela família do indivíduo, Lev Semionovith Vygotsky, Segundo a teoria sócio histórico cultural, formulada por esse autor, o indivíduo se constitui como ser devido aos processos de maturação orgânica e, principalmente, através de suas interações sociais, a partir de trocas que estabelece com seus semelhantes, as quais dão origem a suas formações psíquicas. Assim, para esse teórico, as funções psíquicas superiores do ser humano estão vinculadas ao aprendizado e à apropriação do legado cultural de seu grupo. (ALMEIDA, 2002, p. 150)

Com isso, Almeida (2002) discorrem: "A compensação do defeito funciona como uma reação da personalidade da deficiência, que dá início a novos processos de desenvolvimento, substitui, superestrutura e equilibra as funções psíquicas.", ou seja, é imprescindível que a família e a escola estimulem o cego ao uso dos outros sentidos, pois a falta de visão serve como incentivo ao desenvolvimento das sensibilidades restantes, já que com a falta de um sentido, o aprimoramento do outro para suprir esta carência será necessário.

Logo, para trabalhar com um aluno deficiente visual, é preciso levar em consideração o aspecto biológico, parte física ou clínica da patologia, e social, o deficiente diante da sociedade. Este último, com um valor maior de importância, pois o discente deficiente precisa de um vínculo social próspero, aconchegante, positivo para o aprendizado e desenvolvimento integral.

E ainda, é necessário que o conhecimento sobre a deficiência, sirva como diretriz na prática pedagógica dos alunos necessitados. Com isso, o professor desses alunos só será eficiente se conhecer sobre a deficiência em questão e utilizar os recursos adequadamente.

A família é indispensável na vida do ser humano, ela repassa costumes, cultura e, principalmente, amor afetivo. A mesma, é a primeira relação do indivíduo, com isso, representa primazia à pessoa cega. Nessa relação indivíduo-família é imprescindível que o seio familiar perpasse autoconfiança, esforço, determinação, disciplina e todas as coisas que ajudem na adaptação de um parente com deficiência visual.

A família se constitui o primeiro grupo social da criança, e é através do relacionamento familiar que a criança viverá a primeira inserção no mundo. É no seio da família que a criança terá suas primeiras experiências sendo, portanto, está a unidade básica de crescimento do ser humano e sua primeira matriz de aprendizagem.

Logo, é no ambiente familiar que a pessoa com necessidade de visão encontrará, inicialmente, a aspiração e a persistência para desenvolver as dificuldades. E também é com o apoio da família que o deficiente conseguirá almejar sucesso.

A família configura-se como uma instituição socializadora, como célula básica da sociedade, cuja importância é decisiva no desenvolvimento do indivíduo. Proprietária de uma característica não comum às outras instituições, a família possibilita a realização de vínculos filiais expressas em relações afetivas e emocionais entre seus membros, difíceis de encontrar em outros ambientes sociais, pois o ser humano, ao nascer, já se encontra integrado numa família específica, com características próprias, pertencente a uma determinada cultura e ocupando uma posição socioeconômica definida dentro de um certo grupo cultural (VOIVODIC, 2008).

Com isso, o vínculo familiar é o mais importante para o indivíduo, neste inserido o deficiente visual, pois é através desse ligamento que se inserem os outros, acima nomeadas instituições: escola, religião, trabalho..., e

ainda, funciona como mediador nas relações com essas instituições. Portanto, é imprescindível o bom relacionamento e a determinação da família com o ente detentor de restrições na visão, já que a determinação e perseverança serão herdadas desde o nascimento.

Logo, percebe-se que a aprendizagem com a assistência da família é eficaz, já que, na convivência diária é importante colocar as orientações dos especialistas na área em prática, realçando os acertos e retirando os erros do deficiente visual, para assim, obter o êxito após um processo longo e cansativo (GALVÃO, 2009).

A família tem nessa fase da vida da criança cega uma responsabilidade imensa. O amor, a aceitação, o incentivo são fatores de segurança imprescindíveis para o seu sucesso. Vencer desafios, ganhar crédito, acumular va¬lores, é uma situação que indica a necessidade de haver equilíbrio e confiança nas relações entre a criança e os membros da família (VOIVODIC, 2008).

O afeto, o encorajamento, a auto-estima são a base de um comportamento sadio em que a coerência, a força interior e a alegria de viver criam condições possíveis para que qualquer indivíduo, não importa o patamar físico ou mental em que esteja, possa vivenciar sua aprendizagem e tomarem suas mãos as rédeas deste instante único e particular. (...) A família é a mola propulsora da motivação, do interesse pela vida, da coragem. (ALMEIDA, 2002)

Nesta fase da aprendizagem/alfabetização é interessante a família dispor de total apoio a criança cega; estimular e confiar que ela progredirá na absorção de conhecimento e independência, adotando como fatores cruciais nesse processo. Encorajamento, carinho, amor e todos os afetos positivos colocados pelos familiares na criança com essa especificidade atuarão como propulsores à sabedoria.

Destarte, a família contribui enormemente para o alcance do aprendizado aos descendentes, principalmente no desempenho de alunos relacionados à Educação Especial, pois precisam de uma educação muitas vezes acompanhada de especialistas de outras áreas.

Diante do exposto é interessante frisar que uma pessoa que tem a ajuda da família, evolui mais rápida e eficiente, e também, o laço afetivo positivo na vida do deficiente colabora para a persistência e melhora, contribuindo, então, para a autoestima, desempenho e reabilitação da pessoa com Deficiência Visual.

Alfabetizar não é um trabalho simples, ainda mais tratando de um Deficiente Visual, este precisa de recursos que possam fazer aflorar os outros sentidos, de ouvir, cheirar, degustar e tatear, mas não só com as mãos, com o resto do corpo, pois, os outros membros também são desprovidos de sensações, como por exemplo, os pés, os braços... Piaget apud Almeida discorre a partir de pesquisas:

(...) que a função cog¬nitiva de crianças portadoras de deficiência visual desenvolve-se bem mais lentamente, comparando-se com o desenvolvimento de crianças videntes. Assim, é normal observar-se alguma falha do desenvolvimento entre os aspectos operacional e simbólico do seu pensamento. Isto traz, como consequência mais séria, a dificuldade na formulação de conceitos. (ALMEIDA, 2002)

Assim, para alfabetizar é importante primeiramente o alfabetizador utilizar adaptações que passam mostrar ao aluno as coisas – animais, objetos – que o cercam, para o mesmo ter conhecimento da realidade que o cerca e poder contextualizar na aquisição da língua escrita. Nisto, Maria da Glória comenta:

As pesquisas enfatizam a necessidade de as crianças cegas terem experiências físicas e di¬retas com os objetos reais e interagirem verbalmente com adultos e também com crianças, membros do seu próprio grupo para aprenderem sobre o "mundo" que as rodeia. (VOIVODIC, 2008)

A interação das crianças cegas como objetos, brinquedos educativos próximos aos reais, a ajudam chegar mais próxima da realidade que a cerca, tornando-a não somente alfabetizada, mas também letrada. Após esse processo de aprendizagem, o aluno cego está preparado para conhecer o Sistema Braille e a letra cursiva, esta última com o intuito prioritário de assinar o nome (LEMOS, 1999).

Já Charles Barbier, oficial do exército, criou um código que consistia numa série de pon-

tos salientes numa folha de papel, que podia ser utilizado para comunicar silenciosamente e sem luz, conhecido como sonografia, mas o sistema foi rejeitado pelos militares por considerarem o método complicado. No entanto, em 1823, Barbier visitou o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, onde o seu sistema foi bem recebido, e nessa apresentação encontrava-se Louis Braille, que se interessou pelo sistema. (CANEJO, 2005, p. 4)

O invento de Barbier não logrou de êxito inicialmente entre os cegos, pois tinha 12 códigos, dos quais para formar uma frase eram necessárias, várias combinações do mesmo código, e também, não contava com sinais de acentuação, pontuação, números, dentre outros. Todavia, Braille preocupou-se em aprender rapidamente e tempos depois, faz alterações eficazes no sistema.

Assim, o Sistema Braille engloba o alfabeto, números, acentuação, pontuação, cálculos matemáticos, entre outros códigos, referente à escrita cursiva, proporcionando ao utilizador do sistema, a real fidelidade ao material em tinta ou observado pela visão (ALMEIDA, 2002).

O ensino do Sistema Braille tem que ser proposto em grau aumentativo de dificuldades, ou seja, primeiramente o professor precisa ensinar a noção de símbolos, com exemplificação adaptada dos pontos Braille, para posteriormente mostrar o Sistema na Íntegra (LEMOS, 1999).

Quando uma criança vidente se encontra diante de uma folha de papel em que se registram riscos pretos, aqueles sinais, para ela, precisam adquirir uma significação representativa. O mesmo acontece com uma criança cega quando entra em contato com o conjunto de pontos que forma os caracteres do Sistema Braille. Aqueles pontos precisam adquirir também um valor simbólico (ALMEIDA, 2002).

Nesse início de alfabetização, são parecidas as atividades do vidente e não vidente, já que ambos precisam conhecer e reconhecer os símbolos. Enquanto o vidente carece de saber o símbolo visual e sonoro das letras cursivas, o não vidente requer o conhecimento sonoro e tátil das letras em Braille. Ainda em conformidade com a autora acima, é necessário que a criança compreenda que aqueles riscos ou pontos representam símbolos dos sons da fala. Uma criança que não estabelece uma relação simbólica entre dois objetos, não aprenderá a ler. O alfabetizando precisa ser capaz de entender que cada um daqueles risquinhos pretos ou conjunto de pontos servem como símbolo de um som da fala.

No Braille ocorrem combinações parecidas entre as letras, o que dificulta a assimilação, mas é necessário que o aluno possa diferir a combinação dos pontos através do tato para poder iniciar o processo da leitura. Há alguns recursos eficazes na alfabetização, que de acordo com o fragmento (ROSA, 2011).

Para a realização da escrita ou leitura em Braille, é necessário que a criança conheça convenções, assimile conceitos gerais e específicos, desenvolva habilidades e agilidades táteis. É fundamental que a criança cega tenha um rigoroso preparo quanto à discriminação tátil, pois é através dela que o cego percebe o mundo e logo se apropria do sistema da escrita. (SÁ; MAGALHÃES, 2008)

Logo, faz-se necessário a criança ter todo um trabalho de reconhecimento tátil, para posteriormente decodificar o símbolo Braille. A professora Luzia Villela Pedras (1983) elaborou o guia do professor “Dedinho Sabido”, este que contribui para a criança ter noção de lateralidade, já que o conhecimento de espaço é essencial ao aprendizado da leitura Braille, e também reconhecer as semelhanças e diferenças dos pontos em relevo.

Dedinho sabido é um livro de pré-leitura, elaborado com o objetivo principal de preparar a criança cega para a leitura através do Sistema Braille. DEDINHO SABIDO consta de um Caderno de Atividades para o Aluno e de um Guia para o Professor, com a orientação metodológica. No Caderno de Atividades, a criança cega inicia seu contato com linhas e caracteres em relevo, adquire noções espaciais no plano bi-dimensional e aprende a discriminar diferentes conjuntos de pontos em relevo, através do sentido tátil-sinestésico. (PEDRAS, 1983)

Este material e outros materiais são distribuídos gratuitamente através do site do Instituto Benjamin Constant para o trabalho dos professores com os alunos deficientes visuais, no entanto, o docente pode criar ou adaptar recursos ideais, de acordo com a

necessidade do aluno cego, como exemplo, uma cela ampliada para desenvolver a habilidade tátil do deficiente, etc.
Após os procedimentos de reconhecer o Braille ampliado, os pontinhos em relevo e outros recursos que deixaram o aluno apto na percepção tátil, o mesmo deverá ser apresentado aos materiais que utilizará na escrita, denominado kit reglete, como explica os autores (ROSA, 2011).
O ensino do Sistema Braille acontece por meio de instrumentos como a reglete e o punção. A reglete consiste em duas placas de metal ou de plástico, fixadas de um lado por dobradiças, de modo a permitir a introdução do papel. Isso permite à pessoa cega escrever os pontos em relevo, pressionando o papel com a punção. Na reglete, escreve-se da direita para a esquerda, na sequência normal das letras ou símbolos, mas lê-se da esquerda para direita, como a escrita dos videntes.
Agora, o professor precisa desenvolver o processo de decodificação dos pontos e regras da escrita e leitura do Sistema Braille, que também consta de um trabalho árduo e cansativo, mas extremamente gratificante ao deficiente. Logo, é de grande importância o domínio do Braille e as técnicas de alfabetização pelo professor, sendo necessária a dedicação e paciência do alfabetizador diante do alfabetizando, nessa nova caminhada (ROSA, 2011).
A experiência da leitura visual ou tátil não pode ser substituída pela audição de textos lidos por outra pessoa. Estar apto a escrever os seus pensamentos, em tinta ou em Braille, possibilita à mente humana ter um espelho à sua frente.
A palavra escrita, lida em silêncio ou em voz alta, de acordo com a qualidade e acentuação tônica possibilita à inteligência melhores condições de compreensão de seu conteúdo, proporcionando o máximo de objetividade na solução de um problema.
Assim, é importante ressaltar que o aprendizado do Sistema Braille para o invidente é insubstituível, pois qualquer pessoa necessita escrever e ler individualmente, inclusive o cego, com isso, nenhum recurso tecnológico o substituirá (GALVÃO, 2009).

Contudo, é de grande relevância o processo de aprendizagem anteposta ao Braille, pois a eficiência na absorção desse sistema será maior e mais rápida, além de que o aluno terá um conhecimento mais amplo de mundo, tornando-se letrado. A criança com deficiência visual, como as demais crianças, devem ser vistas conforme suas especificidades. Cada criança é um ser singular, único, com tempo e ritmos diferentes, os quais devem ser respeitados e valorizados em sua espontaneidade, em sua forma diferente de ser, de fazer, e compreender e agir no mundo. (BRASIL, 2001, p. 23)

Assim, é necessário que o docente produza aulas e recursos de acordo com a especificidade do deficiente, pois cada um tem sua forma, tempo e jeito de aprender. No entanto, não é que o professor precise fazer o recurso exclusivo para cada deficiente, mas sim adaptá-lo de acordo com cada aluno (ROSA, 2011).

Existem diversos tipos de materiais que propiciam a constante alternância de formas, cores, texturas nos recursos didáticos, esses podendo ser usados na instrução aos alunos cegos. O fragmento abaixo discorre: Cabe ao professor a análise, organização e sistematização de atividades pedagógicas específicas, necessárias ao desenvolvimento integral do aluno, como também propor e adaptar atividades lúdicas, prazerosas e situações de interação, socialização e participação coletiva com os demais alunos da escola. (BRASIL, 2001, p. 26)

Então, na sala de aula o professor é o detentor da progressão ou regressão da criança. Ademais, é necessária a preocupação e competência do mesmo para propor e adaptar atividades, e ainda, usufruir da interação social e participação dos colegas da classe, construindo um ambiente próspero ao progresso e adaptação do aluno deficiente.
Nessa relação professor/aluno destaca-se também o psicólogo Carl Rogers (1985), que com sua proposta humanista, sugere ser mais importante o relacionamento pessoal. Logo, o professor precisa passar confiança, autenticidade, segurança, repudiar o formalismo escolar e preocupar-se com o que é realmente importante, a conquista do alu-

no, para fazê-lo absorver a informação, do que com os recursos ineficazes utilizados na aula.

Sabemos que a iniciação à aprendizagem não se baseia nas habilidades de ensinar de um líder, no seu conhecimento erudito do campo, no planejamento do currículo, no uso de subsídios audiovisuais, na programação do computador utilizado, nas palestras e aulas expositivas, na abundância de livros, embora tudo isso possa, uma vez ou outra, ser empregado como recurso importante. Não, a facilitação da aprendizagem significativa baseia-se em certas qualidades de comportamento que ocorrem no relacionamento pessoal entre o facilitador e o aprendiz. (ROGERS, 1985, p.105)

Nisto, o professor precisa adquirir a confiança do aluno cego, pois é através dela que o aluno aprenderá com mais rapidez e eficiência. O aluno com essa especificidade de deficiência é de extrema importância o uso de recursos facilitadores à alfabetização, no entanto, é necessário conhecer a eficiência do material, e posteriormente utilizá-lo, para não tornar desperdício o uso com o aluno Deficiente Visual (GALVÃO, 2009).
Na abordagem Sociocultural ocorre a busca da superação da relação opressor-oprimido. Agora, o docente e o discente interagem.
De acordo com Paulo Freire (1996): "Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos", então, o facilitador do ensino, precisa mediar com os alunos, assuntos da disciplina com as realidades deles, para provocar o conhecimento e, facilmente, torná-los críticos, principalmente relacionado à reabilitação do aluno que perdeu a visão após o nascimento, já que o mesmo dispunha de vários conhecimentos relativos à vida, antepostos a cegueira.
Ao relacionar a aprendizagem ao mundo do aluno, Marcos Tarciso Masseto (1994), retrata em seu livro: "Didática: a aula como centro" que o professor faça com que o aluno paute o que está aprendendo com o conhecimento que já possui, incentive questionamentos e, além disso, estimule o uso desses conhecimentos em outras situações, carregando-os na vida.
Trata-se de um processo que permita ao aluno relacionar o que está aprendendo com os conhecimentos e experiências que já possui; que o incentive a perguntar e apresentar questões que o envolvam. Além disso, que lhe permita entrar em contato com situações concretas de sua vida fora da escola. Por fim, que lhe possibilite transferir o que aprendeu na escola para outras circunstâncias e situações de sua vida.

CONCLUSÃO

Define-se baixa visão, ou visão subnormal, alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades.
A capacidade de visão do melhor olho não passa de 30% em relação ao que se considera visão normal, mesmo com tratamento pertinente ou uso de óculos. Cada pessoa com baixa visão enxerga de forma diferenciada, de acordo com as alterações que podem ocorrer na função visual (prejuízo na acuidade visual, na visão de cores, no campo visual, na sensibilidade ao contraste, na adaptação à luz).
A cegueira, ou perda total da visão, pode ser adquirida, ou congênita (desde o nascimento). Acontece quando há pequena capacidade de enxergar ou perda total da visão. As pessoas cegas podem utilizar os outros sentidos para sua aprendizagem e desenvolvimento, o Sistema Braille para ler e escrever e, também, auxílios de informática. Os sentidos do tato, da audição, do olfato e do paladar assimilam as informações procedentes dos estímulos externos, que ao serem integradas, possibilitam a percepção, análise e compreensão do ambiente. O indivíduo que nasce com o sentido da visão, perdendo-o mais tarde, guarda memórias visuais, consegue se lembrar das imagens, luzes e cores que conheceu, e isso é muito útil para sua readaptação.
A aprendizagem faz parte do ser humano, nesta perspectiva está incluso o deficiente visual, assim, ela deve ser trabalhada pelo professor com o auxílio da família, com o objetivo de tornar-se prazerosa e eficaz para o aluno. Com isso, a família deve mostrar-se presente nos primeiros aprendizados escolares do filho, com intuito de auxiliar e

garantir a absorção do mesmo, nessa fase, a criança se sente mais vulnerável e precisa do apoio representativo de um ente de casa. Já a escola, espelhada no professor, é de grande valia o uso de recursos condizentes com as necessidades do deficiente, nisto, é importante explanar, que o professor é o detentor do conhecimento e precisa estar qualificado para exercer tal trabalho.

Desta forma, um dos trabalhos da aprendizagem dá-se na primeira fase da alfabetização, esta desenvolvida no reconhecimento através dos outros sentidos, assim, o deficiente Visual precisa reconhecer tudo que o rodeia, e principalmente, distinguir no Braille a combinação pertinente ao código tateado.

Após a conclusão deste artigo, é de grande relevância ressaltar, que na fase de iniciação à aprendizagem do aluno cego, é importante o uso de recursos facilitadores à absorção de conhecimento. E, principalmente, a compressão e paciência do professor e da família, esta última, deve acontecer sempre em busca do apoio e encorajamento ao progresso do parente deficiente.

Assim, o trabalho confirma a importância da família e da escola para o deficiente/cego na aprendizagem e início da alfabetização. E, também, contextualiza a criação e relevância do Sistema Braille pra esse aluno. Contudo, o deficiente precisa ir à escola e usufruir de um ambiente favorável ao alcance do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Gloria. Fundamentos da alfabetização: Uma construção sobre quatro pilares. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 22, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação.Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual vol. 2. FascículoIV / Marilda Bruno e Maria Glória Mota (coord.), colaboração Instituto Benjamin Constant. Brasília: 2001.

CANEJO, Elizabeth. Apostila Introdução ao Sistema Braille. Rio de Janeiro: 2005.

GALVÃO, Nelma e MIRANDA, Theresinha (Org.), Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 149-159.

LEMOS, E. et al. Louis Braille sua vida e seu sistema. 2. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 1999.

MASSETO, Marcos Tarciso. Didática a aula como centro. São Paulo: FDT, 1994. (Coleção aprender a ensinar)

MELO, Lélia Erbolato. Principais teorias/ abordagens da aquisição de linguagem. In: Textos de Apoio. n. 1. 1999.

PEDRAS, Luzia Villela. Dedinho Sabido Guia do Professor. 1. ed. Benjamin Constant, Rio de Janeiro: 1983.

ROGERS, Carl R. Liberdade de aprender em nossa década. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

ROSA, Louise da; SELAU, Bento. Algumas Considerações sobre o Processo de Alfabetização de Crianças Cegas. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 49, 2011.

SÁ, Elizabet Dias; MAGALHÃES, Maria da Conceição Dias. Alfabetização de alunos usuários do Sistema Braille. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, n. 40, 2008.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A. Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.